



## LEI Nº 3029/2025

**PUBLICADO**

23 / 09 / 2025  


AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESTINAR O LOTE 01, DA QUADRA 10, COM UMA ÁREA DE 750,07 M<sup>2</sup> PARA A CRIAÇÃO DE ABRIGO PARA ANIMAIS ABANDONADOS – REVOGA A LEI Nº 2.614/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA/MT, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo autorizado a doar o imóvel de matrícula 15.135, ou seja, lote 01, da quadra 10, com uma área de 750,07 M<sup>2</sup>, localizado junto ao Loteamento Jardim das Acácias, com os seguintes limites e confrontações: Frente: confrontando com a Avenida Linhão, numa distância de 54,86 m<sup>2</sup>; Lado Direito: confrontando com o Lote 08-C e chácara, numa distância de 40,33 metros; Fundo: confrontando com o ponto comum, Lote 08-C e Chácara, numa distância de 0,00 metros; Lado Esquerdo: confrontando com a chácara, numa distância de 37,20 metros.

**Art. 2º** - A referida doação do imóvel será destinada para ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE PARANATINGA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 46.183.218/0001-20, com fins a possibilitar a criação de Abrigo Municipal para animais, que visa recolher, resgatar e recuperar animais abandonados, atropelados ou em estado de sofrimento.

**Art. 3º** - A construção declinada no artigo anterior deverá ser iniciada no prazo máximo de 03 (três) anos, a partir da publicação desta lei, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público municipal e reintegração da posse imediata, independente de notificação ou providências judiciais, ressalvado os casos devidamente justificáveis.

§1º – O prazo acima poderá ser prorrogado mediante autorização legislativa.



1 de 2



**§2º** - A Escritura de doação ficará condicionada a efetiva construção e funcionamento do abrigo, sob pena de revogabilidade, sem qualquer direito de indenização ou retenção por parte do donatário.

**Art. 4º** - Todas as despesas relacionadas com a transferência do imóvel correrão por conta da beneficiária.

**Art. 5º** - A beneficiária não poderá dispor do bem, devendo o bem ser utilizado diretamente pela beneficiária, e para os fins descritos no art. 2º desta lei, devendo, em caso do fim das atividades da beneficiária, o imóvel retornar para o ente donatário.

**Art. 6º**- Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, sendo revogada a Lei nº 2.614/2023.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso,  
em 23 de setembro de 2025.

  
**MARCOS ANTONIO THOMAZINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL**